

UMA ABORDAGEM BIOPOLÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT

Renan Costa Valle Scarano

Mestre em Política Social e Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas.
renancostavalle@gmail.com

Carmen Regina Dorneles Nogueira

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/Campus São Borja.
cr.nogueira@hotmail.com

RESUMO

O propósito deste artigo é analisar a Economia Solidária a partir da noção foucaultiana de Biopolítica. O movimento de Economia Solidária visa estabelecer-se numa perspectiva de inclusão econômica e, a partir do trabalho associado. Enquanto organização política, a Economia Solidária, procura, a partir do Projeto de Lei nº 4.685/2012, estabelecer-se como Política Nacional de Economia Solidária. Com isso, espera-se que a mesma defina os princípios e objetivos de tal política mediante uma estratégia de governo. Portanto, há aspectos que podem ser analisados mediante a noção de poder, mencionada por Michel Foucault, na metade dos anos 70, denominada de Biopolítica. Essa noção diz respeito a práticas e estratégias de controle da população, de governo da vida da mesma, utilizando-se de práticas de regulamentação.

Palavras-chave: Biopolítica; Economia Solidária; Poder.

AN APPROACH BIOPOLITICS OF SOLIDARITY ECONOMY FROM MICHEL FOUCAULT

ABSTRACT

The goal of this article is approach the notion of Biopolitics of Michel Foucault. The movement of Solidarity Economy its aims to establish in a perspective of inclusion economic and from work associated. As a politic organization, the Solidarity Economy, search through project of law number 4.685/2012, establish themselves as public policy. It is expect that the same set its principles and objectives of its policy by notion of power, mentioned for Foucault, in the mid-70, called biopolitics. This term refers to practices and population control strategies, the government of life, using practices to standardize and regulate.

Keywords: Biopolitics; Solidarity Economy; Power.

UN ENFOQUE BIOPOLÍTICO DE LA ECONOMIA SOLIDARIA A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT

RESUMEN

El propósito de este trabajo es analizar la Economía Solidaria a partir de la noción de Michel Foucault sobre Biopolítica. El movimiento de Economía Solidaria busca

Uma abordagem biopolítica da economia solidária a partir de Michel Foucault
Renan Costa Valle Scarano; Carmen Regina Dorneles Nogueira

estabelecerse en una perspectiva de inclusión económica y, a partir del trabajo asociado. Como organización política, la Economía Solidaria, busca, a través del proyecto de ley nº 4.685/2012, establecerse como Política Nacional de Economía Solidaria. Con eso, se espera que la misma, defina sus principios y objetivos de su política por medio de la noción de poder, mencionada por Michel Foucault, en la mitad del silo 70, denominada de Biopolítica. Esta noción, refiere-se a prácticas y estrategias de control de la población, del gobierno de la vida, utilizándose de prácticas para normalizar y reglamentar.

Palabras clave: Biopolítica; Economía Solidaria; Poder.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende abordar a Economia Solidária sob a ótica da Biopolítica. Trata-se de uma categoria de análise elaborada pelo filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), e que, no decorrer de sua obra, é utilizado para interpelar e compreender a dinâmica das relações de poder nas sociedades ocidentais, a partir do século XVIII.

A Economia Solidária é um fenômeno que surgiu com base em iniciativas populares, que buscavam no trabalho associado uma garantia de sustento. Ela está organizada, em sua grande parte, na forma de cooperativas. No Brasil, surgiu entre os anos 80 e 90, e nos anos 2000 a expansão de tal movimento conquistou um espaço no Estado Brasileiro. Criou-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária, o SENAES, que está vinculado ao Ministério do Trabalho. Um dos pontos almejados por essa organização é a construção de uma política nacional de Economia Solidária, garantindo, que essa forma de trabalho associativo tenha as garantias suficientes para seu desenvolvimento.

Ao que parece, a economia solidária, projeta-se como uma forma alternativa de geração de renda e de inclusão social, inclusive fazendo parte de programa de governo da “Coligação Lula Presidente”, no governo de 2002 a 2006. Acredita-se que é possível analisar tal fenômeno segundo a noção de Biopolítica desenvolvida por Michel Foucault.

Com o propósito de inclusão social através do trabalho e de programas sociais que visam o desenvolvimento socioeconômico do país, as políticas públicas são uma forma de governar determinada população. Cabe verificar se a Economia Solidária congrega o *status* de uma governamentalidade biopolítica, ou seja, se ela faz parte de uma forma de governo, cujo intuito é obter o controle sob certa população, administrada através de políticas de incentivos e de fomento à Economia Solidária, que sejam uma resposta à questão do trabalho precário e do desemprego.

Num primeiro momento dá-se uma abordagem geral a respeito do poder em Michel Foucault e seu enfoque nos mecanismos produtores. Logo, fala-se sobre a

transformação nas práticas de poder ocorridas no século XVII e XVIII, onde se localiza uma preocupação em capturar a vida para governá-la. Nesse sentido, apresenta-se a ideia de Biopoder, de onde verte a noção de Biopolítica.

Na segunda parte do texto, apresenta-se a ideia de Economia Solidária e o contexto de surgimento das cooperativas em relação ao cenário de desemprego e precariedade do trabalho. Mostra-se, também, algumas perspectivas onde o pensamento sobre a Economia Solidária é construído, ou seja, em órgãos nacionais e estaduais como os fóruns e a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), em que prevalece o discurso da economia solidária ser uma resposta ao desemprego e ao trabalho precário.

Dessa forma, espera-se construir uma análise da Economia Solidária enquanto política de governo numa perspectiva biopolítica.

FOUCAULT E O PROBLEMA DO PODER

Michel Foucault é um pensador que abordou a questão do poder. Em seus escritos, entrevistas, cursos e palestras, o pensador francês levantou uma série de questões acerca do funcionamento do poder nas sociedades ocidentais modernas. Uma das hipóteses centrais do pensamento foucaultiano em relação ao poder é que ele não pode ser tomado apenas na perspectiva da repressão e da dominação. Portanto, para entender o funcionamento do poder na perspectiva foucaultiana, é preciso admitir que o poder não age, apenas, a partir de um centro, tampouco, deve-se analisá-lo numa concepção substancialista. As análises foucaultianas não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza ou uma essência definida por características universais. “O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 2011, p. 10). Foucault apresenta uma análise do funcionamento do poder nas relações humanas, em seu cotidiano.

Segundo Lagasnerie (2013, p. 120), Foucault segue outro viés, pois, ele questiona a forma de análise do poder soberano que se serve dos conceitos de Lei, Vontade Geral e Contrato. Através desses elementos, argumenta Lagasnerie (2013, p. 120), se “constrói todo um conjunto de mitos, e mesmo de mistificações, que modelam a maneira como observamos a realidade, como percebemos o Estado, como interpretamos o significado da política”.

O modelo de análise do poder que o define pela via da proibição, da submissão, que concebe o poder pelo viés jurídico e discursivo, “cujo ponto central se encontra na

enunciação da lei”, é criticado pelo filósofo francês. Em suas análises, Foucault (1988, p. 100) ressalta que “permanecemos presos a uma certa imagem do poder-lei, do poder-soberania que os teóricos do direito e a instituição monárquica tão bem traçaram”.

Essa forma de pautar o poder data da Idade Média, da reativação do direito romano e constitui-se em torno do problema da monarquia e do monarca. “Desde a Idade Média, nas sociedades ocidentais, o exercício do poder sempre se formula no direito” (1988, p. 98). Contudo, “o papel essencial da teoria do direito, desde a Idade Média, tem sido o de fixar a legitimidade do poder” (FOUCAULT, 1999, p. 31). É em torno do poder régio, para servir de instrumento para o rei e, para justificar seu poder, que o aparelho jurídico foi instalado. A relação que legitima o poder soberano está fundamentada entre soberano e súdito. Com esta grade de análise do poder, defende Lagasnerie (2013, p. 120), pretende-se “apresentar o Estado como um espaço de liberdade ou libertação”. Nesse sentido, o poder aparece como um lugar que pode ser conquistado. A política,

seria a esfera em que os homens, libertando-se da influência da paixão e do jogo dos interesses particulares, construiriam pela Razão e pela discussão não violenta uma ordem legítima, uma Vontade Geral cuja lei seria a expressão e a encarnação (a noção de ‘democracia deliberativa’ constitui a reativação mais recente desse tema) (LAGASNERIE, 2013, p. 120).

Essa forma de analisar o poder não dá conta do funcionamento de seus mecanismos. Numa palestra ministrada na Bahia em 1976 intitulada “As malhas do poder”, o pensador francês oferece outro entendimento sobre essa questão.

Penso que é dessa concepção jurídica do poder, dessa concepção do poder a partir da lei e do soberano, a partir da regra e da proibição, que é preciso agora se desembaraçar, se quisermos proceder a uma análise não mais da representação do poder, mas do funcionamento real do poder (FOUCAULT, 2012, p. 172).

Em primeiro lugar, diz Foucault (2012) que há vários poderes em uma sociedade; em segundo lugar, esses poderes não podem ser compreendidos como uma consequência de um poder central; em terceiro lugar, eles não possuem por função específica reprimir, proibir, impedir. Segundo esse pensador, “a função primitiva, essencial e permanente desses poderes locais e regionais é, na realidade, serem produtores de uma eficiência, de uma aptidão, produtores de um produto” (FOUCAULT, 2012, p. 173).

O poder funciona como uma rede produtiva, muito mais como algo que proíba ou domina. É através do funcionamento de saberes, práticas e técnicas que alcançam o cotidiano da vida social que o poder se sustenta.

Uma abordagem biopolítica da economia solidária a partir de Michel Foucault
Renan Costa Valle Scarano; Carmen Regina Dorneles Nogueira

O que faz com que o poder se sustente, que o aceitemos, é tão simplesmente que ele não pesa somente como um poder que diz não, mas que, de fato, ele atravessa, ele produz as coisas, ele induz ao prazer, ele forma o saber, ele produz o discurso [...] (FOUCAULT, 2014b, p. 22).

Nessa perspectiva, Foucault (1988, p. 184), argumenta que, no Ocidente, nos séculos XVII e XVIII, aconteceram algumas transformações nos mecanismos de poder. O poder passou a produzir forças, fazê-las crescer, ordená-las mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las, como era próprio do poder soberano.

Agir positivamente sobre a vida, empreender sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, controlar e regular os mecanismos, passaram a ser as novas características desse poder que passou a agir positivamente sobre a vida. A essa nova face do poder, Foucault denomina de Biopoder. Em vez da máxima – fazer morrer, deixar viver; o fazer viver, deixar morrer –, passaram ser os indicativos de uma transformação nas relações de poder que passavam a operar sobre a vida dos indivíduos e das populações.

O – fazer morrer, deixar viver –, era uma ação característica da soberania, já que “o poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 148).

Na época clássica, diz Foucault, ou seja, entre os séculos XVII e XVIII, o Ocidente conheceu uma transformação profunda nos mecanismos de poder. O poder soberano, que agia pelo direito “de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (FOUCAULT, 1988, p. 150). Essa nova perspectiva do poder passa a ter, por característica, a gestão da vida. O Biopoder é uma forma de governo que toma a vida como seu objeto, e, sua questão principal passa a ser: Como administrar a vida? Como gerir a vida? Dessa forma, o Ocidente vê surgir dois movimentos que dizem respeito a essa concepção de poder.

Em primeiro lugar, há uma intervenção no corpo do indivíduo de ordem disciplinar, que “centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 151).

Através do poder disciplinar, passa a ser produzido um sujeito útil e dócil, cujo comportamento seja condicionado para exercer funções específicas, como trabalhar numa fábrica obedecendo a ordens, horários e espaços. Porém, a disciplina não foi a única tecnologia de poder exercida nas sociedades ocidentais na modernidade.

Por volta da metade do século XVIII percebe-se outra transformação nos mecanismos de poder sobre a vida. Centrada “no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser-vivo e como suporte dos processos biológicos [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 152), nascimento, mortalidade, saúde, duração de vida, enfim, tudo isso passa a ser objeto de intervenção de um poder que passa a agir de acordo com controles reguladores sobre uma população. Dessa forma conclui-se que: “As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1988, p. 152).

A BIOPOLÍTICA SEGUNDO FOUCAULT E SUAS IMPLICAÇÕES NO PRESENTE

Ao emergir no século XVIII um dos problemas centrais enfrentados por essa nova tecnologia de poder foi a expansão demográfica europeia, que forçou os mecanismos de poder a realizarem uma transformação em suas técnicas e estratégias. Nesse sentido, Castro (2009, p. 335), afirma que, “o problema maior que a Modernidade colocou para as tecnologias do governo foi a acumulação de indivíduos”. Com o surgimento da população, as técnicas de poder tiveram que se adaptar aos fenômenos que apareciam relacionados a ela. Nesse sentido, a biopolítica, que surge no século XVIII, aparece como uma tecnologia de poder cuja característica principal é gerir, regular e controlar a população.

O termo Biopolítica não foi criado por Foucault, porém, o significado que esse pensador concedeu a tal expressão, lhe serviu para indicar uma forma de poder de intervenção na vida da população, característico do século XVIII. A noção de biopolítica apareceu nos cursos ministrados por Foucault no *College de France* nos anos de 1976, (Em defesa da sociedade); 1978, (Segurança, Território, População) e 1979 (O nascimento da Biopolítica). Além desses cursos, em 1974, numa palestra intitulada de: O nascimento da medicina social, o pensador francês também abordou o problema da biopolítica ligada ao surgimento da medicina social.

De forma geral, por biopolítica entende-se uma tecnologia de poder que “age sobre a espécie humana, que considera o conjunto, com o objetivo de assegurar sua existência” (MACHADO, 1979, p. 22), cuja característica é “gerir a vida do corpo social” (Ibidem, p. 22). No curso “Em defesa da sociedade”, realizado em 1976, Foucault descreve a biopolítica relacionada a:

um conjunto de processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que,

Uma abordagem biopolítica da economia solidária a partir de Michel Foucault
Renan Costa Valle Scarano; Carmen Regina Dorneles Nogueira

justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos [...], constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT, 1999, p. 290).

Essa medida de poder que lida com os fenômenos da população, utiliza-se da estatística para conhecer os fenômenos, para prever e intervir sobre os acontecimentos, fazendo com que a vida da população não seja ameaçada. Em geral, são os fenômenos sociais do século XVIII que passam a ser levados em conta, eventos que

trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública com organismos de coordenação dos tratamentos médicos de centralização das informações, de normalização do saber e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população (FOUCAULT, 1999, p. 291).

Entre os domínios da biopolítica que aparecem no século XVIII e início do XIX, estão: “a preocupação com as relações entre a espécie humana, os seres humanos enquanto espécie, enquanto seres vivos, e seu meio de existência” (Ibidem, p. 292), seja o meio geográfico, climático, hidrográfico, enfim, meios que são produzidos pela população e que repercutem nela. Em geral, são problemas relacionados a cidade e a população.

Em “O nascimento da medicina social”, Foucault argumenta que, a biopolítica, enquanto prática de governo da população surgiu a partir da medicina social. Nesse sentido, o filósofo destaca que houveram três etapas de medicina social: medicina de Estado, desenvolvida sobretudo na Alemanha, medicina urbana, desenvolvida na França e medicina de força de trabalho, desenvolvida na Inglaterra (FOUCAULT, 1979, p. 80).

A medicina de Estado, desenvolvida na Alemanha, no século XVIII, desenvolveu “uma prática médica efetivamente centrada na melhoria do nível de saúde da população” (FOUCAULT, 1979, p. 83). Essa prática consistia na observação da morbidade; em segundo lugar, através da normalização da prática e do saber médico, realizados em universidades e em corporações médicas; em terceiro lugar, através de uma organização administrativa para controlar a atividade dos médicos. Dessa forma, a prática médica aparece relacionada a um poder administrativo e o médico começa a aparecer como um administrador da saúde.

Já na França, sustenta Foucault (1979, p. 85), diferentemente da Alemanha, a medicina social desenvolveu-se em torno da urbanização, do desenvolvimento das estruturas urbanas. Pois, sentiu-se a necessidade de organizar a constituição da cidade como unidade, organizar o corpo urbano de forma regulamentada. Isso se deu por várias razões.

Em primeiro lugar, defende Foucault (1979, p. 86), por razões econômicas. A cidade é, sobretudo, um lugar de produção. A segunda razão é política, pois, no século XVIII, o proletariado aumentava suas revoltas, a tensão nas cidades era grande, pois junto ao aparecimento da população operária, também surgiam as revoltas. Diante dessas revoltas foi preciso, por parte do poder político um esquadrinhamento da população urbana. Além do mais, surge aquilo que Foucault chama de “medo urbano” (Ibidem, p. 87). O medo urbano cresce diante da cidade que se caracteriza por vários elementos, como o “medo das oficinas e fábricas, que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população, numerosa demais [...]” (Ibidem, p. 87).

Além do medo das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade. Frente ao Cemitério dos Inocentes, que estava localizado no centro de Paris, havia um amontoamento de cadáveres, de tal forma que caíam para fora dos muros, causando a infecção nas pessoas que viviam próximas ao local (FOUCAULT, 1979, p. 87). Diante desse perigo que ameaçava a vida das pessoas na cidade, a burguesia tomou como medida a utilização do modelo político de quarentena. A quarentena consistia em “analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos. São essencialmente os cemitérios” (FOUCAULT, 1979, p. 89).

Nesse primeiro enfoque da medicina urbana, o objetivo é analisar as regiões de amontoamento, confusão e perigo no espaço urbano. Em segundo lugar, “a medicina urbana tem um novo objetivo: o controle da circulação. Não da circulação dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, essencialmente a água e o ar” (FOUCAULT, 1979, p. 90).

Outro objetivo da medicina urbana foi organizar a distribuição dos diferentes elementos necessários à vida comum da cidade. No século XVIII, as águas poluídas e o esgoto, eram considerados as principais responsáveis pelas doenças epidêmicas. Diante disso, realizou-se 1º plano hidrográfico de Paris no ano de 1742. Esse plano intitulou-se *Exposé d'un plan hydrographique de la ville de Paris*. Tratava-se de um estudo sobre os lugares em que se podia dragar água sem que essa estivesse contaminada pelo esgoto.

Na Inglaterra, a medicina social se ocupa da força de trabalho, isto é, os operários. A Inglaterra foi o país onde a revolução industrial se desenvolveu e com ela o proletariado. Em 1601, através da Lei dos Pobres, a medicina inglesa começa a tornar-se social.

Com a Lei dos pobres aparece, de maneira ambígua, algo importante na história da medicina social: a ideia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde, sua pobreza não permitindo que o façam por si mesmos,

Uma abordagem biopolítica da economia solidária a partir de Michel Foucault
Renan Costa Valle Scarano; Carmen Regina Dorneles Nogueira

quanto um controle pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas (FOUCAULT, 1979, p. 95).

De acordo com Foucault (1979, p. 96), o controle médico sobre a população na Inglaterra, se deu desde 1875 pelo sistema de *Health Service*, até o fim do século XIX que tinham por função: controlar a vacinação, obrigando a todos a se vacinarem; organizar o registro de epidemias e doenças capazes de se tornarem epidêmicas, obrigando as pessoas à declaração de doenças perigosas e a localização de lugares insalubres e a eventual destruição dos focos de insalubridade. O controle da população, o controle sobre epidemias e a localização de lugares insalubres eram as características da medicina social inglesa.

Através dessa palestra, Foucault defende que o século XVIII presenciou uma transformação nos mecanismos de poder. A característica desse poder que é a biopolítica, é o governo da vida da população, e, para isso, se faz necessário administrar o espaço onde a população vive, sua saúde, suas condições de vida devem ser asseguradas por essa tecnologia de poder que age sobre a massa.

Melhorar as condições da população, aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde; e o instrumento que o governo se dará para obter estes fins que são, de alguma maneira, imanentes ao campo da população, vai ser essencialmente a população sobre a qual atua diretamente mediante campanhas ou, indiretamente mediante as técnicas que permitirão, por exemplo, estimular, sem que as pessoas se deem conta disso, a taxa de natalidade ou dirigindo para uma região ou outra, ou para uma determinada atividade, o fluxo da população. A população, aparece, pois, mais que como a potência do soberano, como o fim e o instrumento do governo (FOUCAULT apud CASTRO, 2009, p. 335).

ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma resposta ao desemprego?

A economia solidária surgiu num contexto onde havia grande número de desemprego na população brasileira. Nesse sentido Novaes e Serafim (2007, p. 69), indicam que anos 80 houve uma “crise socioeconômica que deu origem a inúmeras estratégias por parte do capital para a recomposição da sua taxa de lucro”. Na América Latina, os autores apontam o endividamento externo, acompanhado da segunda crise do petróleo. Na década de 90, houve outra estagnação econômica, “processos de abertura comercial e a aplicação das políticas arquitetadas pelo Consenso de Washington e consentidas pela nova correlação de forças de centro-direita que deu origem a estes processos” (Ibidem, p. 69).

Ao adotar o neoliberalismo como resposta às crises, os países da América Latina realizaram ajustes estruturais, aprofundando o “desmantelamento da estrutura salarial e

trabalhista e a perda de direitos sociais e da proteção social [...]” (Ibidem, p. 70). Com isso, concluem os autores, houve um aumento no desemprego e no subemprego.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), do IBGE (IPEA, 2007) o Brasil de 1995 a 2003 presenciou o crescimento do desemprego de 6,2% para 10%. Segundo dados do IPEA (2005 apud NOVAES; SERAFIM, p. 70), “a taxa de trabalhadores sem carteira assinada (incluindo aqui os que trabalham por conta própria) chegou a 47,2% em 2002. A renda média real dos trabalhadores brasileiros caiu 21, 88% entre 1996 e 2002”.

Nesse cenário de desemprego, de aumento do trabalho precário (aquele no qual os trabalhadores não possuem direitos assegurados pelo Estado), surgiu a Economia Solidária. Desde então, tal movimento foi ganhando espaço, expandindo seus horizontes e apresentando-se como uma resposta à exclusão socioeconômica. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária em sua página online afirma que através de seminários, plenárias, cartas, conferências (municipais, estaduais e nacionais), a Economia Solidária tem se apresentado como uma “alternativa de geração de trabalho e renda pela via do trabalho que combina os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade na realização de atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças ¹”.

Um dos principais estudiosos dessa questão no Brasil, o economista Paul Singer, explicita o surgimento desses empreendimentos da seguinte forma:

A economia solidária começou a ressurgir no Brasil, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção que retoma as operações e assim ‘salva’ os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento (SINGER, 2000, p. 25).

O mesmo autor defende que, a Economia Solidária, surgiu como “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram [...] marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2000, p. 13).

Em 2003, as distintas experiências de economia solidária conquistaram o espaço no Ministério do Trabalho. Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), inserida ao Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), a Economia Solidária, passou a ganhar *status* nacional de política pública. De acordo com Wirth et al (2011, p. 1),

¹ Disponível em: <<https://goo.gl/20fKcu>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

Uma abordagem biopolítica da economia solidária a partir de Michel Foucault
Renan Costa Valle Scarano; Carmen Regina Dorneles Nogueira

o SENAES, funciona desenvolvendo programas de apoio de caráter nacional aos empreendimentos e demais experiências, mapeando, monitorando e difundindo a Economia Solidária.

Com a criação do SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho, que é um órgão caracterizado pela promoção do emprego assalariado, que visa “garantir a cidadania regulada pelo trabalho na forma de emprego” (BARBOSA, 2007, p. 197), a Economia Solidária, pretende construir políticas de fomento, expansão e desenvolvimento do trabalho associado.

Para o SENAES, a Economia Solidária é definida como:

Um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados. São milhares de iniciativas econômicas, no campo e na cidade, em que os trabalhadores estão organizados coletivamente: associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras ².

Além da Secretaria Nacional, os trabalhadores gestores e instituições de fomento envolvidas com a Economia Solidária, organizaram-se nacionalmente criando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) no ano de 2003. O FBES representa a “instância máxima de organização da sociedade nessa área” (BARBOSA, 2007, p. 176), pois ele é “composto por trabalhadores empreendedores da economia solidária, assessorias, gestores públicos e movimentos sociais atuantes nesse campo” (Ibidem, p. 176). Essas organizações existem em todo o país,

em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (BARBOSA, 2007, p. 176).

Nos fóruns municipais e estaduais, as entidades envolvidas no movimento de economia solidária como, os gestores, os governos estaduais e municipais e os empreendimentos e cooperativas, discutem e planejam políticas voltadas para a perspectiva da Economia Solidária. Nesse sentido, de acordo com Barbosa (2007, p. 176), desde 2002, “iniciou-se uma articulação entre os gestores governamentais e em agosto de 2003 a rede

² SENAES. Economia Solidária. Disponível em: <<https://goo.gl/dG92aV>>. Acesso em: 05 maio 2016.

de gestores de políticas públicas foi formalizada”. Os gestores atuam em nível local, regional e nacional, sua função é de promover as políticas voltadas para a Economia Solidária, através da criação de leis de fomento e apoio a Economia Solidária, e também, de executar, implementar e coordenar tais políticas desenvolvidas em municípios e estados. Um dos temas centrais para a construção de políticas, ressalta Praxedes (2009, p. 58), é o “acesso a fundos públicos que financiem a política”.

De acordo com o documento síntese da “V Plenária Nacional da Economia Solidária”³, nos últimos anos, houve um crescimento de fóruns nacionais e estaduais acerca das questões que envolvem tal movimento. A partir das plenárias, a economia solidária coloca como discussão questões sociais como, a preocupação com os desempregados, com os excluídos, com a poluição do meio ambiente, o latifúndio, as grandes empresas multinacionais e a forma como os trabalhadores são tratados no contexto neoliberal. Em contrapartida ao horizonte traçado pela competitividade e pelo livre mercado, a economia solidária, pretende ser um espaço onde os trabalhadores passem a ser os protagonistas de uma transformação social.

O SENAES e o Governo Federal criaram um sistema de informação sobre os empreendimentos de economia solidária. O SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária), que está vinculado ao Ministério do Trabalho. Seu objetivo é

constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária; [...] fortalecer e integrar os Empreendimentos Econômicos e Solidários [...]; Favorecer a visibilidade da Economia Solidária [...]; Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária; Subsidiar a formulação de políticas públicas; Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária (KUYVEN; KAPPES, 2013, p. 6).

Tal órgão verificou que, no ano de 2005, o primeiro mapeamento realizado pelo SIES registrou aproximadamente 18 mil empreendimentos ligados a Economia Solidária.

Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando-se a quase 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também políticas públicas voltadas à Economia Solidária (PPES)⁴.

³ Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<https://goo.gl/UgauvI>>. Acesso em: 31 out. 2014.

⁴ Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/sies>>. Acesso em: 05 maio 2016.

Uma abordagem biopolítica da economia solidária a partir de Michel Foucault
Renan Costa Valle Scarano; Carmen Regina Dorneles Nogueira

Desde 2003, portanto, já no governo da Coligação Lula Presidente (2002-2006), e que se prosseguiu nos governos posteriores, cuja linha adotada era também desenvolvimentista com ênfase na geração de trabalho e renda, a Economia Solidária, busca alcançar o espaço de política nacional. Nesse sentido, Barbosa (2007) argumenta que, enquanto política pública, a Economia Solidária, já aparece no plano de governo da Coligação Lula Presidente, nas eleições de 2002. No item que diz “Mobilização pela produção e pelo emprego”, nota-se que havia uma preocupação com relação a uma determinada população excluída do mercado. Nesse viés, pretendia-se construir novos postos de trabalho, visando o crescimento econômico do país e a diminuição do desemprego.

Ao contrário do que foi feito, nosso governo buscará mobilizar a sociedade em favor do crescimento, aproveitando toda a capacidade técnica, empreendedora e criadora do povo. É uma tarefa difícil, mas se a sociedade for ouvida e os consensos facilitados, o País poderá viver um novo ciclo virtuoso de crescimento, em que milhões de brasileiros marginalizados socialmente serão trazidos para o mercado de trabalho e terão acesso ao consumo de bens de primeira necessidade. Desenvolver a economia solidária, combatendo a fome e a indigência, promover os pequenos negócios e as cooperativas, apoiar as micros e pequenas empresas, juntamente com as iniciativas para aumentar a competitividade internacional, são caminhos viáveis para que o Brasil possa dar um salto de qualidade (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p. 12).

Desde então, a Economia Solidária busca estabelecer-se como Política Nacional através do Projeto de Lei nº 4685/2012. Nota-se que com a criação de cooperativas, a constituição de pequenos mercados para a comercialização, como as redes de comércio solidário e a elaboração do PL, que determina a economia solidária como política nacional, houve uma construção biopolítica desse fenômeno. Não é pelo fato da formação do SENAES, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e responsável pela criação de políticas públicas voltadas para esse fim, mas, pela governamentalidade que se forma em torno da questão do trabalho, normalizando tal prática e inserindo-a na regulamentação do permitido e do estabelecido.

RELAÇÕES ENTRE BIOPOLÍTICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao buscar analisar os mecanismos de poder, Foucault, não pretendeu criar uma teoria sobre o poder. O pensador buscou compreender o que se passa num dado momento histórico a partir do funcionamento das relações de poder. Nessa perspectiva, ele defendeu que, o problema das sociedades ocidentais, desde a Idade Média, tem sido o de legitimar o

poder através da lei e da soberania. Essa perspectiva sofre uma transformação a partir do século XVII, onde o poder passa a capturar a vida e moldá-la para determinados fins.

Na Modernidade, o poder se desenvolve numa dinâmica que buscou o governo e a administração da vida dos indivíduos e da população, essa transformação nos mecanismos de poder Foucault denominou de Biopoder. Essa perspectiva de poder é retratada, a partir de dois movimentos: por um lado, o poder disciplinar, que se desenvolve nas sociedades ocidentais a partir do século XVII e age em diversas instituições modernas, como, as escolas, a prisão, a fábrica, produzindo um sujeito útil e dócil; já no século XVIII, vê-se emergir outra modalidade de poder que se desenvolve a partir do surgimento da população enquanto problema político e econômico. Nesse momento, a população passa a ser administrada e governada pelo viés da biopolítica.

Para garantir que a população seja regulada e que a sociedade seja normalizada é que as tecnologias biopolíticas operam no tecido social. Nesse sentido, quando há alguma ameaça sobre a vida da população, há uma intervenção biopolítica e um direcionamento através de políticas a fim de otimizar a vida da população, intervindo diretamente sobre ela ou mediante ações que acontecem no meio onde vive determinada população. Para isso, se desenvolve toda uma dinâmica em torno da segurança, investe-se em seguridade social, em seguro desemprego, e em saúde da população, enfim, sobre toda uma série de problemas que ocorrem ou que podem ocorrer com a população, a fim de que o controle sobre ela possa ser exercido. Pois é sobre alguns fenômenos da população, “fenômenos coletivos, que só aparecem com seus efeitos econômicos e políticos, que só se tornam pertinentes no nível da massa” (FOUCAULT, 1999, p. 293) que a biopolítica intervém.

Como uma forma de resposta à crise do trabalho assalariado, ao desemprego, ao trabalho precário, formou-se no Brasil, as cooperativas e empreendimentos de Economia Solidária como uma forma de gerar trabalho e renda para população necessitada. Nesse sentido, há uma construção por parte do movimento de economia solidária que, através do SENAES, desenvolve ações e políticas públicas para enfrentar o desemprego e o trabalho precário, gerando trabalho e renda para determinada população. Trata-se de uma medida normalizadora que visa a inclusão social de certa população no mercado.

Acredita-se que o problema da biopolítica, resumido na fórmula; como moldurar a vida para poder governar? Condiz com o caso do movimento de economia solidária. Pois, desde o surgimento das cooperativas, na década de 90, até a formação do Projeto de Lei 4685/2012, construiu-se uma perspectiva biopolítica acerca da economia solidária dando um caráter de governo a certa prática associada a uma determinada população.

Embora Paul Singer e outros teóricos defendam que a economia solidária seja uma alternativa ao modelo capitalista e, aos problemas sociais que este modelo representa, nota-se que, enquanto política, a economia solidária aparece como uma forma de regulação de uma determinada população. Se, na conferência sobre o nascimento da medicina social, pronunciada no Rio de Janeiro em 1974, Foucault, abordava a medicina e os mecanismos de prevenção ligados a saúde como estratégias de biopolítica para lidar com o corpo da população, acredita-se que o mesmo pode ser dito sobre a Economia Solidária, pois, a criação do projeto de lei de Economia Solidária (nº 4.685/2012) pode ser analisado como uma forma de biopolítica.

O projeto de lei 4.685/2012, que ainda aguarda aprovação, com a qual se pretende estabelecer a Política Nacional de Economia Solidária enquanto política pública, definindo os princípios e objetivos de tal política; a criação do SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), vinculada ao Ministério do Trabalho; o SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária), também vinculado ao Ministério do Trabalho, refletem o aspecto biopolítico de governo com a qual se formou, em torno da questão do trabalho, dos desempregados e da configuração e organização do trabalho informal, essa forma de governo sobre uma população.

A biopolítica é uma tecnologia de poder que toma a vida biológica da população para ser o objeto de controle das tecnologias de governo, onde, a vida das pessoas passa a ser administrada e conduzida de determinadas maneiras. A partir dessa óptica, é possível abordar a economia solidária, enquanto prática de governo de uma determinada população. Pois, existem estratégias de governo sobre os empreendimentos solidários, que visam sua regulamentação. A partir de estratégias como os fóruns, os encontros regionais e nacionais, como a lei de economia solidária, buscaram-se colocar essa modalidade de trabalho associado num viés de regulamentação. Dessa forma, na tentativa de estabelecer a economia solidária enquanto política pública, consolidando-a através de marcos regulamentadores, há um processo de captura dessa forma de trabalho transformando-a em biopolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a Biopolítica Foucault designou a entrada do corpo e da vida da população na esfera do poder que através do cálculo, das previsões, do risco social, enfim, de categorias que servem para racionalizar a conduta dos indivíduos enquanto coletivo.

Com a inserção da biopoder, Foucault sugere que, a partir da modernidade, indivíduo e população, ou seja, todo o corpo social torna-se domínio da política. Uma política que não visa a exclusão, mas a incorporação, a otimização da vida dessa população. Deste modo, a regularidade social é estabelecida mediante intervenções sobre as condições de vida da população a fim de que esta possa ser controlada.

A economia solidária surgiu como uma reação por parte dos empreendedores a crise do desemprego que o Brasil vivia no final dos anos 80 e início dos 90. Com a finalidade de gerar renda mediante princípios como a autogestão, a solidariedade e a cooperação, a economia solidária se desenvolveu em todo território brasileiro. Organizaram-se fóruns, seminários a fim de que essa modalidade de trabalho associado pudesse se organizar e crescer enquanto movimento social. No entanto, no início dos anos 2000, período em que se construiu o SENAES, buscou-se regulamentar a lei de economia solidária. Desta forma, tal prática foi inserida ao Estado brasileiro e a uma política nacional, fazendo com que, a população que pertence a este movimento fosse controlada mediante a lei, que delimitaria quais cooperativas e formas de trabalhos podem ser atrelados a esta regulamentação. Tornando-se, portanto, uma forma política de controle de uma população, uma biopolítica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. N. C. **A Economia Solidária como Política Pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **Programa de Governo 2002**: um Brasil para todos. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

DUARTE, A. **Vidas em risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976) São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. O nascimento da medicina social. In: _____. **Microfísica do poder**. MACHADO, Roberto (Org.). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. As malhas do poder. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e Escritos VIII**: Segurança, penalidade e prisão. Rio de Janeiro: Universitária Forense, 2012.

KUYVEN, P. S.; KAPPES, S. A. **II Mapeamento da Economia Solidária - Região Sul:** Resultados do segundo Mapeamento Nacional. São Leopoldo: UNISINOS, 2013. Disponível em: <<http://sics.ecosol.org.br/images/resultado/ii-mapeamento-da-economia-solidaria-regiao-sul-cartilha-informativa.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2016.

LAGASNERIE, G. **A última lição de Michel Foucault:** sobre o neoliberalismo, a teoria e a política. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

NOSETTO, L. **Michel Foucault y la política.** San Martín: UNSAM, 2013.

NOVAES, H. T.; SERAFIM, M. P. A necessidade de um enfoque tecnológico na economia solidária: fábricas recuperadas e cooperativas populares na América Latina. **Revista Proposta**, n. 112, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/c264a3>>. Acesso em: 17 out. 2015.

PRAXEDES, S. F. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, IPEA, n. 39, p. 57-62, maio 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/QfBa2v>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

SENAES. **Economia Solidária.** Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em: 05 maio 2016.

SENELLART, M. Situação dos Cursos. In: FOUCAULT, M. **Segurança, território, população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. Os oito primeiros anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Org.). **A Economia Solidária na América Latina:** realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

WIRTH, I. G.; FRAGA, L. S.; NOVAES, H. T. **Educação, Trabalho e Autogestão:** limites e possibilidades da Economia Solidária. 2011. Disponível em: <http://cirandas.net/articles/0009/6801/texto_novaes.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

Recebido para avaliação em 31/07/2016

Aceito para publicação em 19/10/2016